

A ERSE colocou em consulta pública a proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade para o período 2026-2030 (PDIRD-E 2024), elaborado pela E-Redes na qualidade de titular da concessão da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade em Média e Alta Tensão (RND).

O PDIRD-E é um plano de investimentos que permite identificar e quantificar os recursos necessários para garantir que as nossas redes recebem e fornecem eletricidade de forma segura e com qualidade. Além disso, tem em vista uma maior eficiência da rede e a promoção de boas práticas ambientais.

O plano é definido para um período de cinco anos e deve ser revisto de dois em dois anos.

O PDIRD-E aposta na melhoria da Rede Nacional de Distribuição (RND), para que se viabilize a Transição Energética através do compromisso com as metas do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC) e do Roteiro da Neutralidade Carbónica 2050 (RNC).

As metas e objetivos do PNEC exigem que os Planos de Desenvolvimento e Investimento nas Redes (PDIRT – Rede Nacional de Transporte, RNT e PDIRD - RND) estejam alinhados com essas diretrizes.

A proposta de PDIRD-E 2024 identifica as seguintes necessidades e lacunas das redes de distribuição:

- Eletrificação e Descarbonização - adaptar a rede elétrica para a transição energética, facilitando a integração de produtores e consumidores;
- Modernização - fortalecer a rede elétrica para a transição energética, modernizando as infraestruturas atuais;
- Resiliência e Ambiente - garantir que a rede elétrica funciona bem e com qualidade, mesmo durante eventos climáticos e cumprindo compromissos ambientais e sociais;

- Transformação Digital - melhorar a rede elétrica para a transição energética usando tecnologias digitais para gerir novos padrões de consumo e produção; e
- Suporte – garantir equipamentos e infraestruturas de apoio que permitem a implementação dos outros pilares.

O PDIRD-E 2024 proposto para 2026-2030, inclui investimentos de dois tipos:

- Específicos - incidem nos ativos diretamente relacionados com a distribuição de energia elétrica;
- Não Específicos - relacionados com as atividades de suporte da distribuição de energia elétrica.

O PDIRD-E prevê um investimento de €1,5 mil milhões entre 2026 e 2030. Este valor representa um aumento de 50% face ao investimento identificado na proposta inicial de PDIRD-E 2020.

O PDIRD-E 2024 é essencial para os municípios porque influencia diretamente o planeamento estratégico e a implementação de infraestruturas elétricas já que define as prioridades e investimentos necessários para garantir uma rede nacional de distribuição de eletricidade (média e alta tensão) mais robusta, eficiente e adaptada às necessidades locais e regionais. É fundamental porque aborda temas sensíveis, como transição energética e investimentos em infraestruturas críticas, que requerem contributos diversos para garantir alinhamento com as realidades locais.

O envolvimento dos municípios no processo de consulta pública é assim crucial para que as necessidades locais e regionais sejam contempladas, pelo que, no âmbito da consulta pública em curso, a AML congregou e apresenta de seguida os contributos dos 18 municípios seus associados,

Programa Setorial - Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (PDIRD-E) para o período 2026-2030

Contributos AML:

Parte I – Considerações Gerais (que se aplicam a todos os municípios)

O Programa Setorial - Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Distribuição de Eletricidade (PDIRD-E) confirma a urgência na implementação das medidas de Reabilitação e Modernização da rede elétrica, a par de investimento que conduzam à Transição Energética, Transformação digital, maior Resiliência e Sustentabilidade, imprescindíveis para um futuro energético mais seguro, num serviço com maior qualidade, mais eficiente, de suporte ao desenvolvimento Nacional, Regional e Local, e alinhado com os compromissos assumidos no âmbito da União Europeia (UE).

1. Volume de investimento

Conforme é apresentado, o investimento previsto é bastante superior ao anteriormente previsto no PDIRD-E 2020, mas, ainda assim, insuficiente, atendendo à evolução do estado de conservação dos ativos (críticos) da Rede de AT/MT, sempre negativa face ao reiterado défice de investimento.

Considerando que a Rede Nacional de Distribuição está reconhecidamente “assente numa infraestrutura envelhecida”, o défice de investimento face os standards parece pôr em causa os próprios objetivos estratégicos definidos para o período em causa (2026-2030), para garantir a resiliência, a qualidade do serviço e a Transição Energética, conforme apresentado na folha 17 do documento síntese - “Cinco Pilares Estratégicos de Investimento:

- Eletrificação e Descarbonização - 20 % do investimento no total de 326 M€;
- Modernização - 45 % do investimento no total de 719 M€;
- Resiliência e Ambiente - 15 % do investimento no total de 236 M€;
- Transformação Digital - 17 % do investimento no total de 274 MG;
- Suporte - 3 % do investimento no total de 52 M€,

Deve assim ser previsto um investimento que garanta os objetivos propostos, sem pôr em causa a tarifa.

2. Localização e caracterização descritiva das infraestruturas

Estando previsto um investimento agregado estimado de cerca de 1,5 mil milhões de euros, com um reflexo também estimado no PIB Português de aproximadamente 1,26 mil milhões de euros, no horizonte de cinco anos, verifica-se que não é possível identificar o investimento na área geográfica da Área Metropolitana de Lisboa constituída por 18 municípios.

Sugere-se que todas as tabelas apresentadas para os diferentes tipos de investimento sejam classificadas por conselho e/ou que nos seja remetido o investimento previsto para os concelhos da AML. Nos casos dos investimentos a nível nacional em que tal não for de todo possível, solicitamos que a informação seja desagregada no mínimo por região NUTS II (por exemplo para: Integração do Autoconsumo, Computação distribuída, Conectividade resiliente, Digitalização e Inovação da Rede, entre outros).

3. Análise de risco

Salienta-se ainda que a análise de risco ao PDIRD-E 2024 compreende quatro níveis distintos de avaliação, cada um respondendo a dimensões distintas do risco presente na definição de planos de investimento:

- Risco do Plano - risco de não se cumprirem os objetivos definidos pela estratégia de investimento, conforme enunciados para cada um dos pilares de investimento;
- Risco de Portfólio - risco económico associado a um portfólio de projetos de investimento em redes de distribuição, atendendo à incerteza quanto à previsão de evolução da procura;
- Risco de Projeto - risco de não cumprimento dos critérios de planeamento de abastecimento das cargas (descrito no capítulo 2.4);
- Risco de Falha de Elementos da Rede - risco associado às soluções de configuração das redes AT e subestações AT/MT. Esta análise suportou a definição dos Princípios e Critérios de Planeamento, permitindo avaliar as configurações de rede AT mais adequadas à garantia das exigências de fiabilidade definidas no Regulamento de Qualidade de Serviço (descrito no capítulo 2.4).

Na presente análise de risco, não é referida a eventualidade do PDIRD-E ser afetado pela perda parcial ou total da concessão para a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, o que terá de ser refletido em futuras revisões em função do que venha a ser definido pela Comissão de Coordenação para a Baixa Tensão (CCBT), criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2024.

4. Prioridades de investimento

Em relação à tipologia das intervenções, propõe-se que uma das prioridades seja o enterramento das redes aéreas existentes em áreas urbanas especialmente o que tem vindo a ser fundamentadamente reivindicado pelos municípios

5. Planeamento Territorial e Licenciamento

Embora o plano refira o alinhamento com políticas de ordenamento territorial e licenciamento, faltam detalhes sobre como isso será operacionalizado ao nível local. Reforçar a importância da integração com os municípios trará mais clareza e alinhamento entre as metas estratégicas e a realidade local. Os municípios têm um papel crítico na compatibilização dos investimentos em infraestruturas energéticas com o ordenamento do território. Para isso o PDIRD-E poderia:

- Incluir indicadores específicos de coordenação com planos diretores municipais (PDMs) e outros instrumentos de ordenamento territorial.
- Detalhar como os processos de licenciamento de infraestruturas, como novas subestações ou linhas de alta e média tensão, serão alinhados com as diretrizes municipais e os prazos administrativos.

6. Mobilidade Elétrica

- A proposta aborda investimentos para facilitar a expansão da mobilidade elétrica, mas poderia:
- Incluir planos conjuntos com os municípios para a instalação de infraestrutura de carregamento, como pontos públicos de carregamento de veículos elétricos.
- Discutir como os municípios poderiam contribuir para a identificação de locais prioritários e para a articulação com redes de baixa tensão.

7. Promoção do Autoconsumo e Comunidades Energéticas

Embora a proposta mencione a integração de sistemas de autoconsumo, faltam detalhes sobre:

- Apoio técnico e administrativo para que os municípios possam promover comunidades energéticas locais.

- Estruturas para capacitação dos municípios em relação às novas regulamentações de autoconsumo e incentivos disponíveis.

8 . Resiliência Ambiental e Gestão de Riscos

A proposta prevê investimentos para responder a eventos climáticos extremos, mas poderia:

- Explorar em maior profundidade a colaboração com os municípios na convergência de investimentos em sintonia com os Planos de Acção Climática Municipais;
- Coordenar melhor com os municípios a identificação das faixas de gestão de combustível, especialmente em áreas urbanas e periurbanas.

9. Educação e Sensibilização Ambiental

A transição energética depende de uma forte componente de sensibilização, e os municípios podem ser aliados fundamentais nesse processo. O plano poderia incluir:

- Desenvolvimento de programas de literacia ambiental que podem ser realizados em parceria com os municípios.
- Envolver os municípios/juntas de Freguesia na divulgação de novas oportunidades para os munícipes, como adesão a redes inteligentes e opções de flexibilidade de consumo.

10. Gestão de Dados e Redes Inteligentes

Os municípios têm potencial para participar na disseminação e uso de dados recolhidos por redes inteligentes, pelo que:

- Seria útil incluir estratégias para dotar os municípios de competências para o uso de dados de consumo para planear políticas públicas mais eficientes.

- Propor mecanismos de partilha de informações entre a operadora e os municípios para melhor monitorizar a eficiência energética.

Tendo em consideração o acima exposto, os municípios poderão desempenhar um papel ainda mais ativo na execução do plano, reforçando a sua eficácia e o alinhamento com as metas de descarbonização e transição energética, garantindo a resiliência, a sustentabilidade e a qualidade do serviço.

Parte II - Necessidades Específicas identificadas por alguns Municípios

1. Município de Lisboa:

“Sendo o horizonte temporal de desenvolvimento do PDIRD-E o ano de 2023 considera ainda a CML pertinente sugerir a inclusão de uma proposta de intervenção na subestação de Alcântara, dadas a extensão do Metropolitano a Alcântara (linha vermelha), bem como o Loteamento da Pedreira do Alvito.”

2. Município de Palmela:

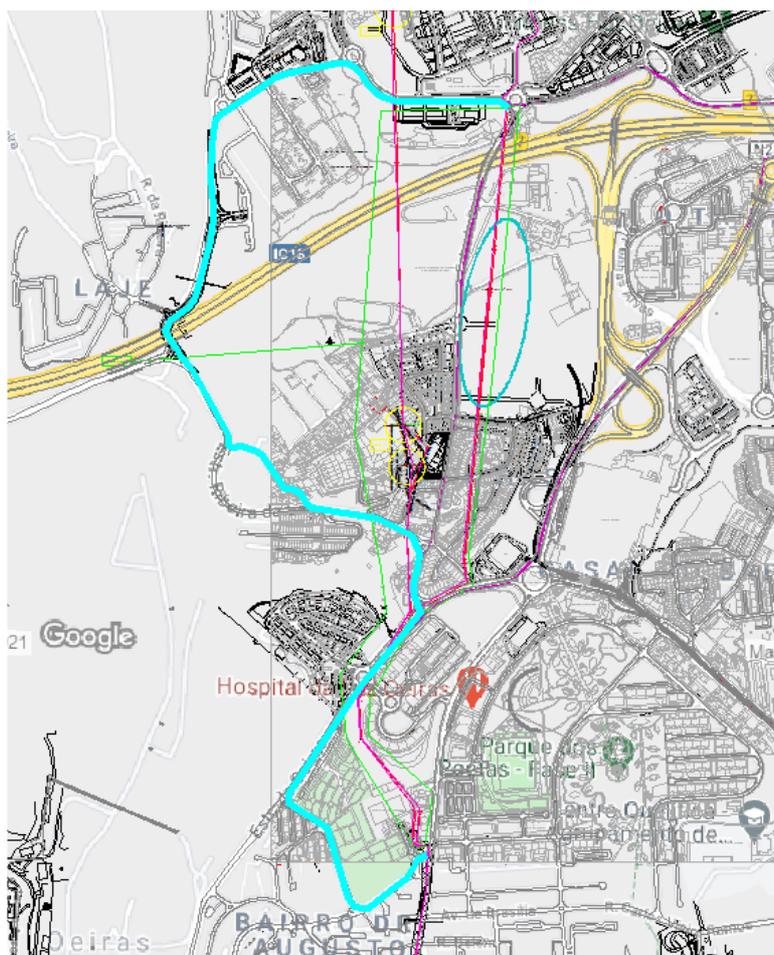
“na tabela de capacidade de receção de produção nas subestações AT/MT 31.12.2030, informamos que nas intervenções de reformulação das redes de distribuição de AT/MT a efetuar no Concelho, as mesmas deverão ser enterradas, sempre que possível.”

3. Município de Oeiras:

“No que diz respeito à aplicação do PDIRD-E 2024 ao Município de Oeiras, verificámos que foi retirada do plano a construção da subestação de

Caxias no Alto da Boa Viagem até 2030, o que causa graves constrangimentos ao fornecimento de energia elétrica aos futuros Loteamentos do Alto da Boa Viagem e de Caxias Norte.

Como identificado no Anexo J – Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de PDIRD-E 2024, no Fator Crítico para a Decisão FCD3 – Gestão dos Valores Territoriais o campo da Inserção Territorial, prevê o enterramento de linhas aéreas no atravessamento de áreas densamente urbanizadas e com proximidade a edificações. O Município de Oeiras desde 2021 que tem solicitado o estudo do enterramento das Linhas AT 60kV LN6111 e LN6112, que se enquadra nos pressupostos da FCD3, não estando prevista no PDIRD-E 2024. Da primeira solicitação foi recebida uma estimativa orçamental de 3.000.000€ para proceder ao enterramento das duas linhas aéreas pelo traçado identificado a azul.



Não havendo nesse disponibilidade financeira para proceder a esta intervenção e tendo em conta outros constrangimentos provocados por estas linhas aéreas de AT, nomeadamente a impossibilidade da execução da nova Escola Custódia Marques, em Porto Salvo, a construção da Via de Distribuição Principal (VDP) devido ao conflito de um apoio AT, e a construção do futuro loteamento/unidade de execução de Cacilhas foi proposto à E-Redes subdividir o enterramento destas linhas aéreas em troços, para que se consigam executar os projetos referidos.

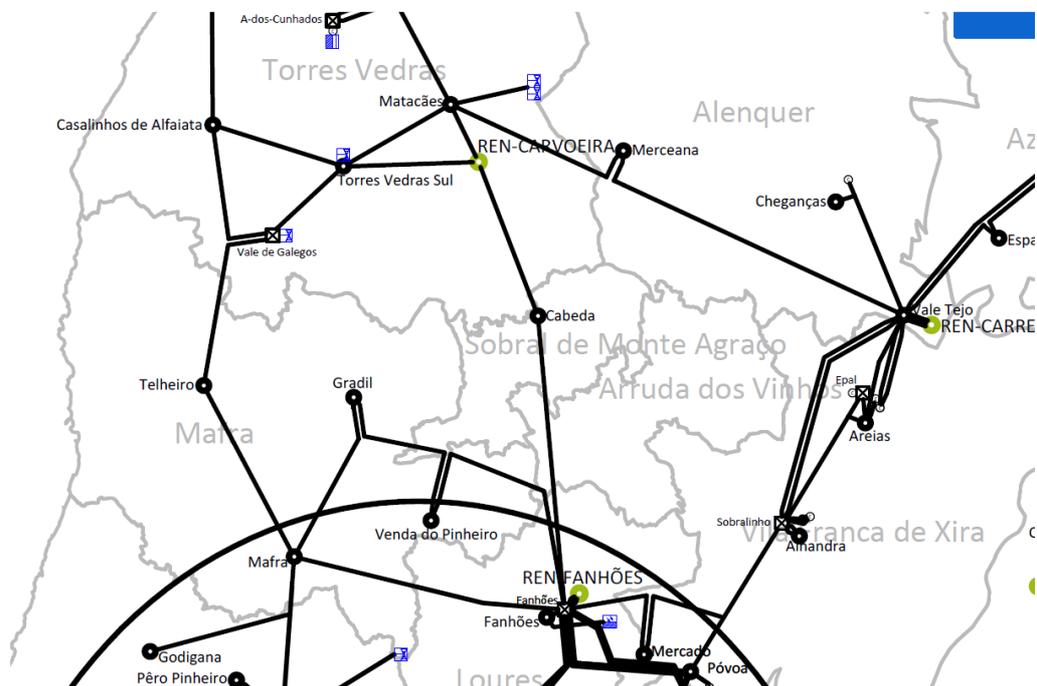
Propõe-se que através da AML, seja solicitada em fase de consulta pública do PDIRD-E 2024, a inclusão no plano dos pontos elencados, pela importância que estes investimentos representam para o Município de Oeiras.”

4. Município de Mafra:

“Analisado o Documento PDIRD-E, verifica-se que o Concelho de Mafra tem uma Rede de Distribuição de Eletricidade de AT/MT, constituída segundo imagem seguinte, por 4 Subestações de transformação de eletricidade, nomeadamente: Telheiro - Póvoa de Cima; Mafra - Mafra-Gare; Gradil - VF Rosário; e Venda do Pinheiro, e respetiva Rede de Distribuição de Eletricidade em AT/MT, que por sua vez interliga com Redes e Subestações de Concelhos vizinhos.

Croqui:

(ver página seguinte)



Atualmente, 3 das Subestações têm Grau de Utilização inferior a 70%, e uma Subestação tem Grau de Utilização superior a 70%, nomeadamente:

- Telheiro - Póvoa de Cima: 77,09%;
- Mafra - Mafra-Gare: 44,36%;
- Gradil - VF Rosário: 31,24%;
- Venda do Pinheiro: 49,63%.

Para 2030, o PDIRD-E prevê o seguinte Grau de Utilização das 4 das Subestações, nomeadamente:

- Telheiro - Póvoa de Cima: 87%;
- Mafra - Mafra-Gare: 50%;
- Gradil - VF Rosário: 35%;
- Venda do Pinheiro: 55%.

No seguimento dos pontos anteriores, considerando o aumento dos consumos na área a oeste da SE Telheiro (concentração de carga na vila da Ericeira), o PDIRD-E está a considerar executar e concluir após 2030 uma Subestação tipo SE 60/10 kV, 20MVA, na periferia da Vila da Ericeira, com ligação de 60kV em Anel por abertura da linha LN60 6137 MAFRA-

TELHEIRO. Prevê também o estabelecimento de ~ 9 km de extensão de rede mista AT (aérea-7,5 km e subterrânea-1,5 km).

A criação de nova subestação suprarreferida na RND, permitirá melhorar os valores de tensão na rede de MT que alimenta a Vila da Ericeira (subtensões) quedas de tensão, e permitirá a melhoria do desempenho da rede, com a antecipada redução das perdas e a manutenção dos bons níveis da qualidade de serviço técnica.

Sugestão 1: Considerando que nos últimos anos, a Rede Elétrica da Freguesia da Ericeira tem verificado baixos níveis de tensão, resultantes do aumento da área urbana e do turismo, sugiro que seja proposto no PDIRD-E que a construção desta subestação possa ser antecipada e vir a ser diferida para 2025 ou tão breve quanto possível.

Sugestão 2: Considerando a planificação de desenvolvimento urbanístico da Câmara Municipal, para o Concelho de Mafra, sugiro também a análise do EDOC pelo Sr. Diretor das Obras Municipais, bem como do Departamento de Urbanismo, no sentido de se identificar os grandes Projetos futuros sorvedores de consumo de eletricidade, como por exemplo Loteamentos urbanos e Parques Industriais, nomeadamente:

- Quinta do Munhoz - Morada: Avenida 25 de Abril, Milharado - necessidade de Potência Elétrica na ordem dos 5 MVA.

- Quinta da Figueira Branca - Morada: Estrada da Carvoeira, Gorcinhos, Mafra - Necessidade de Potência Elétrica na ordem dos 2,5 MVA.”